

Clima econômico não tranquiliza os pobres

Jornal Exame

13 ABR 1986

Washington — Os ministros de finanças de todo o mundo, reunidos esta semana em Washington pelas reuniões de primavera do Fundo Monetário International e do Banco Mundial, previram uma certa melhoria do clima econômico global, mas reiteraram a necessidade de manter os programas de ajuste dos países endividados por um tempo ainda indefinido.

As notas de otimismo basearam-se nas recentes ações orquestradas pelas grandes potências industrializadas para baixar as taxas de juros e o valor de câmbio do dólar, assim como na estrondosa queda de 50% nos preços do petróleo em relação ao nível de 26,50 dólares por barril, em 1985.

Apesar disso, os representantes do mundo em desenvolvimento, particularmente os dos países mais endividados da América Latina, destacaram que esses movimentos serão insuficientes para reativar seu crescimento econômico, devido a falta de novas ações para baixar mais o custo do dinheiros e reverter a discriminação contra suas exportações por parte dos países industrializados.

O comitê interino da junta de governadores do FMI, principal organismo político fora da assembleia anual, que se efetua no outono (boreal), enfatizou a importância de que os países industrializados liberalizem o comércio e sigam políticas dirigidas para estimular o crescimento, diminuir a instabilidade das taxas de câmbio e, especialmente, reduzir mais as taxas de juros.

Os ministros de economia da América Latina concentraram seu ataque sobre o nível excessivo das taxas de juros, em relação a seus níveis históricos de um máximo de dois pontos sobre a taxa de inflação, o que deveria situá-las atualmente em torno de 5%, em vez dos 7,5% que foram rebaixadas em março passado.

O argentino Juan Sourrouille afirmou que, apesar dos resultados alentadores das ações concertadas pelas cinco maiores potências industrializadas para realinear as taxas de câmbio e baixar os juros, esses países "não assumiram compromissos efetivos", nesses campos, e reivindicou o início imediato de um diálogo político que "estenda os progressos alcançados". Seria inóquo, disse o ministro argentino, "continuar perseguindo a ilusão de que a solução desses problemas estaria por se produzir a curto prazo, e pelo mero jogo das forças de mercado".

Basta — disse também Sourrouille — que a taxa de juros baixe a seus níveis normais para que a conta corrente dos maiores devedores apresente um forte superávit, o que lhes permitirá cumprir, sem maiores problemas, o serviço de suas dívidas e aumentar substancialmente suas deprimidas importações.

Já o ministro mexicano, Jesus Silva Herzog, denunciou, as nações industrializadas, dizendo que foram elas que "deixaram de cumprir" suas tarefas de propiciar um ambiente econômico que permitiria ao mundo em desenvolvimento aliviar a carga de suas dívidas, mediante um maior crescimento. E pediu que se aproveite a conjuntura favorável da queda dos preços do petróleo para "levar as taxas de juros a seus níveis históricos reais".

Funaro

Por sua vez, o ministro Dilson Funaro ressaltou que as taxas de juros continuam "de três a cinco vezes mais baixas" que seus níveis históricos e também que o esquema de ajustes unilaterais e a reprogramação das dívidas já se encontram "esgotada".

Funaro acusou os países industrializados de se fazerem de surdos para todas as propostas, afirmou que são eles os únicos responsáveis pelo problema da dívida, advertiu que, devido a "sua passividade frente a deterioração do sistema", eles "assumem um risco crescente", e sustentou que, em vez de um cartel de devedores, "o que existe é um conspicuo cartel de credores".

O ministro brasileiro também refutou energicamente a noção de que os países em desenvolvimento são negligentes ou morosos, observando que em razão das "taxas exorbitantes" impostas desde 1980, o Brasil, por exemplo, está pagando a cada 7 anos — somente de juros — o equivalente a totalidade de sua dívida.

A denúncia de Funaro sobre a atitude dos industrializados de não ouvir as sugestões pode ser comprovada durante as próprias atuais reuniões. As propostas do Grupo dos 24 — que representa os países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina — foram ignoradas pelos países industrializados, tanto quanto o reconhecimento da responsabilidade que lhes toca em matéria de protecionismo e taxas de juros.

O mesmo destino teve, por exemplo, uma proposta para criar um mecanismo de reciclagem com parte dos 60 bilhões de dólares anuais abocanhados pelos países industrializados em consequência da queda dos preços do petróleo.

Também sem obter qualquer resposta, o argentino Sourrouille afirmou em sua intervenção: "Reclamamos que esses recursos sejam reciclados para nossos países, e não somente usados para aumentar a já enorme diferença que separa os níveis de vida do mundo industrializado e do mundo em desenvolvimento".

Sourrouille e o ministro uruguai Ricardo Zerbino argumentaram, extensivamente, em favor de um mecanismo que estabeleça taxas especiais para a dívida anterior a 1982, em consideração ao fato de ter sido contraída em condições radicalmente diferentes e, em particular, com taxas de juros negativas menores que o índice de inflação, quando os bancos estavam abarrotados de petrodólares que deviam reciclar, nos anos 70.

As sugestões patrocinadas pelo Consenso de Cartagena que agrupa os 11 países mais endividados da América Latina, foram recolhidas pelo Grupo dos 24, mas ignoradas pelo grupo dos 10 (países industrializados) e pelo comitê interino. O mesmo aconteceu com as formulações sobre a necessidade de diálogo político para tratar o problema, e com a queixa contra os subsídios dos países industrializados à sua produção agropecuária, que deprime os preços e o volume das exportações do mundo em desenvolvimento.

O Grupo dos 24 assumiu também, infruiramente, a tese peruana de fixar para os pagamentos externos, tetos relacionados ao valor das exportações, em função de atingir metas adequadas de crescimento que projetam os níveis de vida dos grupos vulneráveis e a estabilidade política dos países em desenvolvimento.

Em resumo, os czares da economia mundial ratificaram a estratégia proposta pelos Estados Unidos e pelo "Plano Baker", de estimular o crescimento com a esperança de, assim, aliviar o problema da dívida externa, e renovaram o compromisso — que até agora não cumpriram, como o denunciou Silva Herzog — de criar um ambiente propício para esse fim.